



BANCADA PARLAMENTAR DA RENAMO

Sua Excelência, Presidente da Assembleia da República
Sua Excelência, 1º Ministro do Governo de Moçambique
Venerando Juiz Presidente do Tribunal Supremo
Venerando Juiz Presidente do Tribunal Administrativo
Venerando Juiz Presidente do Conselho Constitucional
Suas Excelências, Membros do Conselho do Estado
Meritíssimo Procurador-Geral da República
Suas Excelências, Vice-Presidentes da Assembleia da República
Suas Excelências, Membros da Comissão Permanente
Prezados Deputados, Mandatários do Povo, Meus Pares
Suas Excelências, Membros do Conselho de Ministros
Suas Excelências, Vice-Ministros do Governo de Moçambique
Respeitados Membros do Corpo Diplomático
Sua Excelência, Governador do Banco de Moçambique
Sua Excelência Governadora da Cidade de Maputo
Magníficos Reitores das Universidades Públicas e Privadas
Digníssimos Representantes de Partidos Políticos
Distintas Autoridades Civas, Militares e Religiosos
Caros Convidados
Minhas Senhoras e Meus Senhores
Excelências

É com subida honra que tomo a palavra para me dirigir a vós caros colegas, desejando-vos as boas vindas para mais uma jornada laboral, no cumprimento dos preceitos regimentais, após um longo período de interregno, e mudança de actividades.

Saúdo o generoso Povo Moçambicano, pela tolerância e humildade que o caracteriza.

Estendo as minhas saudações à Sua Excelência, Presidente do Partido Renamo, Afonso Macacho Marceta Dhlakama, homem visionário, lutador e implacável defensor dos oprimidos discriminados, dos excluídos.

Sua Excelência Presidente da Assembleia da República

Prezados Colegas

Respeitados Convidados

Excelências

Iniciámos esta IV Sessão Ordinária, mais uma vez enlutados, sem colegas nossos que se apartaram do nosso convívio.

Mais uma vez a lei da natureza se fez ouvir e nós e cada um impotente, nada podemos fazer para impedir que os colegas partissem.

Foram colegas que cada um à sua medida deu um grande contributo à esta mãe pátria e ao Povo Moçambicano. Difícil é continuar a trilhar os caminhos que a vida nos impõe sem a sua colaboração.

Refiro-me Excelências aos colegas:

Aida Luís Garife Matsangaice do Círculo Eleitoral de Manica, perecido no dia 28 de pretérito mês de Maio de 2011, na companhia do esposo, num trágico acidente.

Marcando uma nova página na história dos nossos órgãos de soberania e nas regras do nosso protocolo nacional.

Não só a morte pode separar dois corações que se amam, que se querem, como pode levá-los, ao mesmo tempo.

A **Domingas Alberto Ceia** do Círculo Eleitoral da Zambézia, que tendo sido eleita pela 1ª vez como mandatária do Povo a maldita morte lhe negou esse direito, levando-a ainda jovem vítima de doença.

O colega e Membro da Comissão Permanente, desde 1994 **Bonifácio Gruveta Massamba**, perecido a 28 de Setembro de 2011, a menos de trinta dias do início desta IV Sessão Ordinária, vítima de doença, como o foram tantos outros filhos queridos desta pátria amada, no cumprimento do seu nobre dever de servir o Povo.

Calou-se para sempre na sua contribuição para o bem-estar deste humilde Povo e da Zambézia, seu Círculo Eleitoral.

E mais recentemente o colega **Francisco Domingos Paulo Machambisse**, do Círculo Eleitoral de Sofala perecido a 09 de Outubro de 2011, no Hospital Central de Maputo, vítima de doença.

Homem aguerrido, metódico, enérgico, homem extraordinário, eficaz, sempre pronto para realizar qualquer tarefa a ele acometido.

Amigo dos que amavam o trabalho.

Trabalhador e colaborador incansável sempre pronto para transmitir o conhecimento que possuía aos demais. Verdadeiro herói do trabalho.

Calou-se mais uma voz, mas as suas nobres obras e exemplo ficam.

Todos eles constituem uma perda irreparável para as suas famílias, para os partidos políticos em que militavam neste caso Renamo e Frelimo e para o Povo Moçambicano em geral. Esta Magna Casa do Povo perdeu, ao não poder jamais beneficiar-se dos seus contributos directos ou indirectos, nesta nobre tarefa de representar o Povo Moçambicano.

Gostaria de em nome da Bancada Parlamentar da Renamo e em meu nome pessoal reiterar as nossas e minhas mais sentidas condolências a todas as famílias enlutadas. Aos colegas que se apartaram do nosso convívio que Deus lhes dê a Paz eterna e o Allan os conceda o Jannat.

Excelências

Ainda ao longo deste período de interregno perdemos a senhora que carinhosamente cuidava de nós, sempre que necessitássemos, dos serviços do nosso Posto Médico.

À família da Sr.^a Enfermeira **Maria dos Anjos** endereçamos as nossas mais sentidas condolências. Que a alma da nossa querida companheira descanse em Paz.

O Sector de Segurança de Sua Excelência a Presidente desta Magna Casa também não escapou a esta ave de rapina, no dia 12 de Setembro de 2011, regressando de mais uma missão de trabalho, vítima de doença perdia a vida no Hospital Militar de Maputo a Senhora **Estefânia Mariano Patia**, Chefe da Escolta da Presidência da Assembleia.

À família enlutada, neste momento de dôr e consternação endereçamos as nossas condolências e que ela descanse na Paz do Senhor.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Prezados Colegas

Excelências

O mundo vem vivendo dia após dia os nefastos efeitos da natureza.

A força da natureza desafia e sai do controlo do Homem.

Os catástrofes por mar e terra, os terramotos, os furacões e tornados, o fogo e inundações, os vendavais invadem os esforços destruindo vidas humanas e propriedades.

Foi com tristeza que acompanhamos a desgraça que se abateu contra os nossos concidadãos de Nivava na Zambézia, onde um vendaval deixou irmãos nossos ao relento, Cerca de novecentas (900) casas ficaram destruídas.

Começam os efeitos da fúria da natureza.

A estes irmãos afectados vai a nossa solidariedade e que todos nós façamos alguma coisa para apoiá-los.

Excelências

Nem os mais fortes escapam.

O furacão Irene nos Estados Unidos da América, caracterizado por fortes chuvas torrenciais, vento e ressacas, fez vítimas humanas, milhares de deslocados.

A outra catástrofe ocorreu nas margens do rio Volga, na Rússia, onde o cruzeiro “ Bulgária” quebrou, avançou mar abaixo, fazendo vítimas enlutando centenas de famílias.

Na Tailândia $\frac{3}{4}$ da cidade encontra-se submersa, devido a chuvas intensas que têm assolado o País.

Mais recentemente, na Turquia cidade de Vane, um tremor de terra de 7,2 de magnitude, mata duzentas (200) pessoas e fere outras mil (1000), com danos materiais incalculáveis.

Não só a natureza vem semeando luto, mas a mão assassina do homem, faz igualmente o mesmo.

Na Noruega grupo de cerca de 600 jovens, num acampamento é surpreendido por um homem disparando a queima roupa, matando mais de noventa pessoas, semeando igualmente luto nas famílias.

Aproveito, Excelências, esta oportunidade para endereçar as famílias enlutadas os nossos sentimentos de pesar e aos sobreviventes a nossa solidariedade.

Apelamos ao Mundo para se unir no combate ao terrorismo.

Excelências

No passado 17 de Outubro celebramos a passagem do trigésimo segundo aniversário da morte do herói moçambicano André Matade Matsangaice.

Um homem do qual o Povo deve prestar tributo, pela sua visão e coragem ao desencadear a luta para a implantação da Democracia Multipartidária, a justiça social, derrubando o sistema Mono partidário vigente do País.

A todo o Povo, aos membros e simpatizantes do Partido RENAMO votos de festas de luta pelo bem-estar de todos os moçambicanos.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Prezados Colegas

Respeitados Convidados

Excelências

Ao longo deste intervalo interagimos com o nosso Povo, de onde buscámos a inspiração e matéria suficiente para enriquecer tanto os nossos debates como a nossa produção legislativa.

É no trabalho de base que executamos uma das nossas funções, a de fiscalizar a actividade governativa em prol do nosso Povo.

Ao longo deste período vivemos as atrocidades porque passa o nosso Povo, a discriminação em função da cor partidária, o grau cada vez mais alto da partidarização das instituições do Estado, a miséria, a fome, a exploração desenfreada das nossas riquezas naturais, e principalmente as não renováveis, beneficiando um punhado de moçambicanos, enquanto a maioria continua relegada para o último lugar.

Populações são atormentadas por serem obrigadas a abandonarem as suas terras, as terras dos seus pais e avós, enfim dos seus antepassados por não possuírem o DUAT, como se no passado isso existisse.

No lugar de educar as populações, massacraram-nas, usurpam as suas terras, riquezas e vendem-nas para os supostos investidores e construções das ditas quintas.

Acentuam-se, os critérios meramente partidários de distribuição do dito rendimento nacional os vulgos sete milhões, cujo retorno está longe de acontecer e o medo em que as populações vivem de perder os 100Mt/mês que recebem da Acção Social, por pertencerem

a um partido da oposição em especial a RENAMO, como se esse valor viesse dos cofres do Partido no Poder

Vivemos a situação caótica do nosso sistema de saúde, há problemas com a saúde pública, do precário atendimento dos pacientes sem medicamentos e quando os há estão fora do prazo, da falta de liberdade de opção política;

Senhora Presidente da Assembleia da República

Excelência

Prezados Mandatários do Povo, Meus Pares

Respeitados Convidados

Excelências

Ao longo deste intervalo que nos separou da III sessão ordinária terminada no pretérito mês de Maio, esta Magna Casa do Povo, a colheu a III sessão do Parlamento Infantil.

Um evento organizado pelo Ministério da Mulher e Acção Social com objectivo de promover e fortalecer os direitos das crianças, em particular o direito à participação e expressão.

Esta III sessão sob lema “ *o nosso futuro depende do meu presente*”, reuniu 114 jovens que conviveram durante três dias. Esperamos que estes eventos se cinjam aos objectivos traçados e não à instrumentalização destas crianças.

Devem elas também conhecer os mais nobres princípios da verdadeira Democracia Multipartidária.

Que nas próximas sessões este órgão, Parlamento Infantil, reflecta sobre as condições e os direitos das crianças que nascem e crescem nas cadeias femininas, na companhia das suas progenitoras.

Gozarão estas crianças do carinho e dos Direitos que lhes assiste.

Pena que os Mandatários do Povo, representando todo País, não tivessem tido oportunidade de participar como convidados.

Excelências,

De 3 a 18 de Setembro Moçambique esteve em festa, ao ser o anfitrião dos X Jogos Africanos Maputo-2011. Foi um momento em que os moçambicanos exibiram parte do seu vastíssimo mosaico cultural, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Indico.

Foram duas semanas de muita euforia, milhares de atletas representando os mais diversos países exibiram, em competição, os seus talentos.

Normalmente, a escolha do País anfitrião é feita com antecedência de mais tempo e no nosso caso foram apenas dois anos e durante esse tempo providenciaram-se: infra-estruturas, construindo de raiz e reabilitando, recursos humanos, alojamento para milhares de pessoas, entre atletas, técnicos, jornalistas, convidados, etc.

A organização como País é de reconhecer os esforços tendo em conta o horizonte temporal. Houve melhorias.

Mas, apesar do esforço não podemos deixar de nos referir que ainda precisamos de melhorar a nossa organização. É preciso mais seriedade por parte dos que lideram o processo. Neste caso concreto falhou a divulgação dos jogos com eficiência, dificilmente por ex. se sabia quando, com quem, e que modalidade jogava com Moçambique e onde.

A alimentação dos atletas mais uma vez foi um desastre, um autêntico fracasso. Desviava-se o que se devia entregar, os números de refeições definidos não eram oferecidos.

Por outro lado, precisava – se parar a vida da cidade de Maputo, para se realizar o atletismo, com tanto espaço que temos?

Viraram-se as atenções para criar condições razoáveis para receber os nossos visitantes e esquecemo-nos de criar condições para preparar os nossos atletas.

A nossa hospitalidade foi de tal ordem que preferimos entregar todo o ouro.

Mas, é de reconhecer o esforço e patriotismo dos nossos atletas. A eles vão os nossos parabéns! Só com esforço de cada atleta e de todos conseguimos obter algumas medalhas.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para parabenizar de forma especial a nossa Selecção Nacional de Hóquei em Patins, ao representar com brio as cores da nossa bandeira, na 1ª Meia-final do Mundial de Hóquei em Patins Sam Juan 2011.

Uma equipe que por esforço próprio e sem apoio de quem de direito, venceu as formações de países que levam este desporto com seriedade,

Senhora Presidente da Assembleia da República

Prezados Colegas

Respeitados Convidados

Excelências

Aquando da III sessão Ordinária assistiu-se no País a um desusado movimento do governo, anunciando a introdução de medidas para a contenção do custo de vida das populações mais vulneráveis nas cidades do País. Eram elas:

- A cesta básica de alimentos no valor de 800,00Mt, por beneficiário;
- O passe de transporte público com preços subsidiados pelo Estado;

As datas de início foram definidas como 1 de Junho de 2011 para a cesta básica, contemplando 1 milhão e oitocentos trabalhadores com salário igual ou inferior, 1º a 2.000,00Mt e mais tarde a 2.500,00Mt e a 1 de Agosto entraria em execução o passe de transporte público.

Dissemo-lo na altura, que as medidas eram pouco realistas para além de discriminatórias pois grande parte da população moçambicana carente, sem emprego nem salário ficava de fora. Para além da falta de clareza com relação ao critério para definição de Pobre.

Para o governo do dia o subsídio da cesta básica, constituía melhor medida encontrada para responder as necessidades das famílias de baixa renda. Mas este era um instrumento que nem os próprios agentes executores tinham clareza dos seus objectivos, da proveniência dos recursos, dos verdadeiros destinatários e do que caberia a cada um destes e de como relacioná-los num meio de tanta pobreza absoluta.

Os ministros da Indústria e Comércio, Armando Inroga e dos Transportes e Comunicações, Paulo Zucula, em Abril último, perfilaram nesta Magna Casa do Povo em declarações em torno desta matéria, o primeiro garantindo que as pessoas beneficiárias não iriam pagar os preços reais na compra dos produtos de primeira necessidade, mas sim preços de referência, e a 1 de Junho entraria em vigor.

O segundo dizendo, que na 1ª fase de implementação do passe, ir-se-iam estabelecer momentos de concertação com os transportadores e outras partes interessadas. Deixando claro que os beneficiários só teriam direito ao uso do passe somente quando em viagem para lugares essenciais, como o emprego e 1 de Agosto era a data já definida.

Concerteza que os beneficiários não cabiam em si de alegria, de felicidade. Os beneficiários esfregavam as mãos de contente, pois viam parte dos grandes problemas que os apoquentam resolvidos como seja os bens essenciais e o transporte.

Não bastando, o executivo do dia veio a Casa do Povo solicitou um orçamento rectificativo para fazer face a estas duas medidas.

E os ministros, desfilaram garantindo a eficácia da iniciativa que custaria aos cofres do Estado 335 milhões de meticais. Esta Casa através do voto da maioria aprovou este valor.

Prezados Colegas

Excelências

A máscara do governo da Frelimo caiu. A expectativa dos beneficiários abortou e virou um pesadelo.

A desilusão tomou conta do Povo beneficiário e a justificação descabida não tardou.

A cesta básica e o passe já não eram um dado adquirido mas medidas propagandísticas para brincar com o povo e gozar com a sua desgraça. Constituía um truque de instrumentalização de gente carente e vulnerável, para lhes ser imposta um cartão vermelho e ser fácil maqueavêlicamente usada das campanhas eleitorais pelos compatriotas do poder. Os moçambicanos já não precisariam da cesta básica nem do passe, porque o país estava estável, o País está no bom caminho. Por isso, alguns pobres coitados trabalhadores ficaram privados do seu tradicional ajuste salarial.

Depois do teatro de uma cesta básica sem critérios de elegibilidade definidos, sem plano concreto de atribuição. O Povo viu uma imaginária cesta básica robusta, recheada, multicolor a transformar-se sem gradualismo num cesto vazio.

Para o Povo tratava-se de uma ajuda directa, de comida, de dinheiro vivo, doado aos mais necessitados para garantir o seu mísero sustento.

As barrigas famintas permanecerão famintas, os alimentos continuarão aquém das possibilidades de compra da maioria dos moçambicanos.

Afinal o anúncio destas medidas tinha um único objectivo, propaganda política para entreter o Povo Moçambicano de modo a evitar que aconteça aqui, aquilo que estava e está a acontecer no Egipto, na Tunísia, no Yémen, na Síria, na Líbia, onde os dirigentes famosos, vitalícios, caducos e seus respectivos partidos, estão sendo escorraçados pelo grito de revolta dos seus Povos. A perenidade leva-os a confundir as comunidades do País, o Povo em seus parentes, seus seguidores políticos, seus chefes tribais quase sempre da mesma etnia, que são sempre os mais privilegiados em tudo e fiéis até à morte, enquanto a maioria do Povo, clama pela igualdade e justiça.

A força do Povo jamais será vencida nem por aqueles que se acham donos desse mesmo Povo.

Era medo dos pneus, das pedras e bidões de gasolina, recurso de um Povo saturado e sedento de ser ouvido.

Acredito que não se esteja à espera do Povo sair à rua, para atender as suas péssimas condições de vida.

Para nós Renamo não constituiu novidade. A cesta básica não passava de um nado morto sem pernas para andar. Era um projecto falido logo à partida, mas como a crítica vinha da oposição, não merecia crédito.

Como é que se anuncia alguma coisa sem ter amadurecido, criando falsas expectativas nos cidadãos moçambicanos?

Porquê anunciar medidas atentórias à vida dos moçambicanos?

Ah! Para abafar e conter a tensão do Povo face à subida galopante do preço dos combustíveis e dos bens de 1ª necessidade.

Para inibir o contágio dos ânimos perante o evoluir das manifestações no Magreb, na região norte de África, onde diferentes governos enfrentam protestos populares contra a subida galopante do custo de vida.

Foram anunciadas as medidas de austeridade em Setembro de 2010.

Que impacto tiveram? Em que é que a sociedade moçambicana se beneficiou? Ninguém sentiu, ninguém explicou ou explica.

Faltam no país, as políticas de desenvolvimento eficazes. As políticas macroeconómicas encontram-se na posse de um grupo de oportunistas, que pensam apenas em acumular para si o máximo possível. E benefício para o Povo nada! Este recebe apenas megalhas.

Nos Mega projectos, são assinados acordos no segredo dos deuses. Quem são os moçambicanos que lá estão? Crescem neles a corrupção, a roubalheira, o tráfico, o descomando do país, e não se pode abrir a boca senão é considerado contra o desenvolvimento, ante patriota, com falta de auto-estima. Até o tribalismo ressuscitou.

O Povo vê, o Povo sente e um dia agirá!

O poder de compra está cada vez mais aquém do cidadão comum, apesar de o país estar economicamente estável e no bom caminho segundo declarações do Executivo da Frelimo.

Afinal o valor aprovado de 335 milhões de meticais se não foi para a cesta básica, retornará à Casa do Povo para a sua recondução para outras rúbricas? Não seja esse valor aplicado

para as reuniões de quadros, congressos, Eleições intercalares das autarquias entre outros destinos.

E a propósito das eleições intercaladas como se explica que só os Municípios do Norte do País, sofram do endema de gestão danosa? Afinal só os nossos conterrâneos do norte do País é que não sabem gerir os fundos municipais? Que barbaridade!

Aqui estaremos, atentos, à espera da proposta do executivo de Maputo sobre a possível aplicação dos valores já aprovados.

De resto, é a atitude mínima que se deve tomar em torno deste assunto.

Caros Colegas

Excelências

A constante vontade de produzir mais e com a devida qualidade, faz com que esta Magna Casa busque parceiros para partilhar na formação de Deputados e Funcionários.

É assim que vimos inaugurada a “*Unidade de Formação*” para Deputados e Funcionários, as nossas felicitações à Direcção desta Magna Casa do Povo e obrigada aos nossos parceiros. Aguardaremos pelos visíveis frutos desta “Unidade de Formação”.

Por outro lado, a constante vontade de ver as nossas actividades chegarem aos nossos eleitores, aqueles que nós representámos, dos quais somos suas vozes, levou-nos a receber com agrado a notícia da criação da Rede de Jornalistas Parlamentares a REJOPA.

Esperamos assim, que sem discriminação de qualquer espécie, as nossas actividades, sejam levadas ao conhecimento de todos os moçambicanos e porque não para o além fronteira.

Queremos que esta rede venha fazer diferença e que este 4º poder não fique sob o controlo dos que detêm o poder económico, sendo por vezes usado como simples reprodutores.

Não queremos que a nossa imprensa seja usada para diabolizar a oposição e todos aqueles que criticarem o governo do dia, transformando-os em instrumentos de ressonância dos discursos políticos dos que governam.

Queremos uma imprensa livre, um jornalismo investigativo. Uma imprensa sem algemas, na sua nobre tarefa de informar e porque não de formar.

Lembrando Carlos Cardoso, que dizia “ *É proibido colocar algemas nas palavras, neste ofício de informar.*”

Quis a maldade humana e difícil é falar do destino, que por causa de não ter algemas nas palavras, fosse barbaramente assassinado.

Ficaram as palavras e ele partiu com a sua coragem.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Prezados Colegas

Respeitados Convidados

Excelências

Vasto é o rol de matérias para esta IV Sessão Ordinária, aprovado na última Sessão da Comissão Permanente, desde as Informações do Governo, Perguntas ao Governo, Informação Anual do Chefe do Estado sobre a situação Geral da Nação.

Informações da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade, atinente à Revisão da Lei Orgânica da Assembleia da República, à Revisão do Código Penal, proposta usurpada da iniciativa da Bancada Parlamentar da Renamo, à Revisão do Regimento da Assembleia da República.

Informação da Comissão de Petições.

Informação sobre as actividades do Gabinete parlamentar para a Prevenção e Combate ao HIV/SIDA.

Um Gabinete que para além das actividades múltiplas que realiza, precisa de virar as suas atenções para dentro da Casa do Povo, informando e formando os mandatários do Povo para que sejam eles também mensageiros junto dos eleitores, nos diferentes círculos eleitorais, neste momento em que os índices de contaminação teimam em não reduzir.

Ouviremos também a informação da Comissão da Administração Pública, Poder Local e Comunicação Social, relativa à revisão da Legislação Eleitoral que no meio de dificuldades de ordem material, foram realizando o trabalho que, infelizmente, demonstra a falta de vontade política de rever a Legislação Eleitoral, pois os aspectos polémicos continuam aquém do consenso a nível da Comissão. Ao não se aceitar resolver a problemática do artigo 85-supressão das divergências no apuramento, o que se pretende? Continuar com o enchimento? Quem fala deste artigo, fala dos artigos 9,12,41,45,61,186,186A todos da Lei 7, para citar apenas alguns exemplos.

Acima de tudo deve prevalecer a vontade política de melhorar os instrumentos de gestão dos processos eleitorais.

Ainda no âmbito das informações teremos a da Comissão Ad-Hoc para a Revisão da Constituição da República, um exercício que sempre achamos ser inútil e inoportuno, neste

momento em que o País se confronta com outros problemas que afligem a maioria do pacato cidadão moçambicano, como por exemplo a carestia da vida.

A 12 de Outubro, os moçambicanos ficaram mais uma vez desiludidos com os “*camaradas*” após longo tempo, finalmente à custa de muito esforço, procedeu-se ao depósito da proposta de revisão do Texto Constitucional. Aquilo que se pretende rever. Como alguns diziam e bem a “*Montanha pariu um rato*”.

Tanto dinheiro a despender neste exercício, 22.736.008,00 (vinte e dois milhões setecentos e trinta e seis mil e oito meticais), aproximadamente ou melhor igual dizer 23.000.000,00 (vinte e três milhões de meticais) para uma proposta oca, sem sumo. O que se propõe carece mesmo de debate nacional, de visitas internacionais, para colher experiências de mudança de nomes, sintaxe, supressão de vírgulas? Por amor de Deus!

As denominações propostas constituem alguma novidade? No passado a Bancada Parlamentar da Renamo, a minha Bancada, propôs a criação de um Tribunal Constitucional, com poderes de emitir acórdãos e julgar casos, com destaque para os conflitos eleitorais, já se esqueceram? Autêntica cábula que o Partido no Poder já nos habituou.

Este é o preço de maiorias absolutas mal geridas que viram veneno. O Povo está cansado de demagogias, de situação insustentável em que vive. Se a memória não me trai, no passado o País já teve uma Constituição no qual a Frelimo tinha todos os poderes até de matar, fuzilar, comandar os lares e o resultado foi uma guerra civil de longos anos, e fê-lo como dono absoluto da razão.

O que é proposto não justifica a criação de uma dispendiosa comissão Ad-Hoc, pois a Comissão Especializada dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade, podia e muito bem, com mestria e rigor fazê-lo.

Excelências

Porém, a nós não nos enganam nem ao Povo Moçambicano.

O debate e as vozes dos moçambicanos em torno desta inoportuna revisão constitucional, fez a Frelimo recuar, e encontrar o melhor momento e forma para fazer chegar o verdadeiro objecto da revisão proposta. A Frelimo está à espera do momento certo para dizer as coisas com profundidade, no seu próprio interesse. Não teve a coragem suficiente para propor assuntos como: mandato e poderes do Presidente da República, nomeação dos Presidentes dos outros órgãos de soberania, mudança do sistema de governação, despartidarização do

Estado, transparência na Função Pública, com relação a prestação de contas, condenação e tipificação do crime de corrupção e porque não a criminalização da criação das células de partido no aparelho do Estado entre outras questões polémicas.

O debate preliminar inibiu a Frelimo e desencorajou-a. Prevaleceu o medo de tocar em assuntos sensíveis.

Agora, resta apenas buscar formas de instrumentalizar algumas organizações da sociedade civil, ou partidos cavalos de tróia ou os gelatinosos-hibernadores (segundo classificação do Dr. Carlos Serra), para apresentarem à comissão Ad-Hoc uma proposta, esquecendo-se de que as contribuições devem ser para melhorar o que é proposto no texto depositado.

Mas a questão da fraudulenta maioria absoluta vai cegar a Frelimo e esquecer-se de que em termos de revisão constitucional, de acordo com a nossa Lei Mãe no Capítulo II, artigo 291 (iniciativa) no seu nº 2, preceitua e cito “ *As propostas de alteração da Constituição são da iniciativa do Presidente da República ou de um terço, pelo menos, dos Deputados da Assembleia da República*” fim da citação.

Portanto, não nos venham aqui com textos de organizações da sociedade civil a proporem alterações da Lei Mãe.

Estaremos atentos. O Povo está atento.

Um conselho amigo, dissolvam a comissão Ad-Hoc e aplique-se o dinheiro para assuntos, mais importantes que apoquentam os moçambicanos.

Excelências

Para além das informações teremos a oportunidade de apreciar projectos e propostas de resoluções e de lei, como:

Projectos de Resolução atinentes à eleição dos Membros da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, à eleição do Provedor de Justiça, à Ratificação da Carta Africana de Estatística;

Projectos de Lei de revisão da Lei nº1/79, de 11 de Janeiro, relativo aos desvios de Fundos do Estado, esperemos que desta vez os gestores da coisa pública aceitem aprovar este tão importante instrumento.

Propostas de Lei de Jogos de Diversão Social, Lei Orgânica e o Estatuto dos Membros do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), Lei de Insolvência e Recuperação de

Empresários Comerciais, Proposta de revisão da Lei 8/2003, Lei do IRPC, do IVA, apenas para citar alguns exemplos, de matérias constantes do rol de 32 pontos.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Prezados Colegas

Excelências

Continuámos a viver com preocupação o fenómeno real da partidarização das instituições do Estado e Públicas.

A nossa imprensa vai anunciando como que a confirmar este fenómeno, a criação de novos comités de círculo, como é o caso da Empresa Aeroportos de Moçambique, que recentemente criou um comité de círculo com treze (13) células.

As células do partido são pois para exercer a vigilância ideológica dos funcionários e outros colaboradores, extorquir os já magro salário dos nossos concidadãos, obrigando-os a descontarem para os festins e banquetes dos camaradas nos moldes do antigo sistema monopartidário, Marxista-leninista. O mesmo se pode falar do modelo de administração pública, na base com os grupos dinamizadores do partido Frelimo a funcionarem em pleno. Este fenómeno leva a discriminação de moçambicanos na sua própria pátria, em todas as áreas na educação, na saúde, na justiça, no emprego, enfim em todos os sectores que tem a ver com o cidadão, sua vida e sua família. Fala-se de Unidade, de Paz, como é possível subsistir de forma sustentada, quando todos os dias os moçambicanos são politicamente discriminados?

A política do partido no poder é de construir uma sociedade dividida e orientada para a discriminação política, económica, cultural e social. É pela morte da unidade nacional, da harmonia, do prestígio, da edificação dos direitos e liberdades fundamentais. É pela exclusão social, pelo desrespeito das leis instituídas.

Esta discriminação com base na côr política, obriga a que talentos produzidos por este País fiquem de fora, no seu contributo para o desenvolvimento do País. Perde o País, perdem os moçambicanos.

A Renamo e o seu Presidente, Afonso Macacho Marceta Dhlakama são pela inclusão de todos os moçambicanos, independentemente da sua opção política, na construção de um Moçambique próspero, desenvolvido sem miséria, sem fome, nem pobreza. Onde todos trabalham para o bem comum.

A partidarização das instituições do Estado não pára apenas com a criação de comités e células do partido no poder. Assistimos á reuniões de Conselho de Ministros alargado.

A Constituição da República de Moçambique, nossa Lei Mãe, nos seus artigos 200 e 201 diz e cito Artigo 200 *“O Governo da República de Moçambique é o Conselho de Ministros”*

Artigo 201

1. *“O Conselho de Ministros é composto pelo Presidente da República, que a ele preside, pelo Primeiro-Ministro e pelos Ministros;*
2. *Podem ser convocados para participar em reuniões do Conselho de Ministros os Vice-Ministros e os Secretários do Estado.”*

Então, em que artigo aparece esse Conselho de Ministros Alargado com Governadores, Administradores, Secretários dos Grupos Dinamizadores e outros?

Muitos deles órgãos partidários, às expensas dos cofres do Estado.

Esta é uma aberração à Lei Mãe. Uma inconstitucionalidade grossa.

Isto é o fruto da partidarização que sempre denunciámos. Se confundem as instituições do Estado com as do Partido. Estado é Partido e Partido é Estado. Logo, quem não é do partido no poder não faz parte do Estado Moçambicano.

Que País é este onde as leis não são respeitadas?

Até quando temos que continuar a assistir pacificamente esta barbaridade, este atropelo as regras que orientam e conduzem este belo País.

Será que os moçambicanos precisam de pegar de novo em armas, ao invés de pegarem na enxada, no tractor, na caneta e produzirem riqueza e dialogarem para o bem-estar de todos e desenvolvimento deste País?

A arrogância de ontem produziu, órfãos, viúvos, deslocados e destruição. É isso que nós queremos Hoje e Amanhã?

Os moçambicanos querem um País de Paz e em Paz.

Os moçambicanos querem um País inclusivo, onde as leis instituídas são respeitadas.

Queremos construir em Moçambique um verdadeiro Estado de Direito Democrático, erradicar as desigualdades e assimetrias, fortalecer a unidade e a identidade nacionais, e adoptar como prática corrente a cultura de diálogo, de Paz e da Democracia.

Um país onde os que governam sejam meros gestores da coisa pública respeitando os interesses da maioria do povo e não onde estes se transformam num clube de amigos capitalistas, sanguessugas do Povo.

Hoje a riqueza da maioria ou de todos os moçambicanos está nas mãos de um punhado de moçambicanos espertinhos, formando uma autêntica oligarquia.

Hoje ser membro do governo é um passaporte branco para angariar riquezas, criar com facilidade empresas fantasmas, fugir ao fisco, importar bens isentos de direitos aduaneiros e obtenção de fabulosos lucros. Os lucros das suas empresas não carecem de tributação.

E pior ainda, como estes compatriotas detêm o poder económico e este dita as regras do jogo, passam eles a comandar os outros órgãos de soberania, como o Judicial e o Legislativo, daí a nossa mendicidade como Casa do Povo, como Mandatários dos mais de vinte milhões de Moçambicanos.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Excelências

Caros Colegas

Prezados Convidados

Excelências

Vivemos na pátria de heróis. Esta expressão se repete todos os dias nos nossos mais eloquentes discursos, nas nossas conversas.

Mas afinal o que é isso de herói?

O que significa esta palavra de apenas cinco letras? Socorrendo-nos do dicionário de língua portuguesa aí vem e cito “ *Herói Homem ou Mulher que se destacam por um acto de coragem, força ou qualidade notável. Aquele que é o centro das atenções, personagem principal, protagonista, ousado, valente*” fim da citação.

Sim, somos um País de heróis nas diferentes áreas, frentes e épocas. Só que, infelizmente esta pátria de heróis só os reconhece, depois de mortos, alguns. Como gostariam, acredito de sabê-lo em vida e não a título póstimo!

Os velhos da minha aldeia diziam, um ser humano por péssimo que seja, após a morte torna-se uma pessoa maravilhosa” Será?

Muitos são os filhos desta terra que se notabilizaram pelos seus feitos, visíveis na vida de cada um de nós. Moçambicanos que deram a sua vida pela causa do Povo, causa da maioria

e outros que tudo fizeram e fazem em prol do bem-estar do Povo Moçambicano. A título de exemplo, temos André Matade Matsangaíce, Orlando José, Carlos Cardoso, Siba Siba Macuácuá, Pedro Langa, Eduardo Chivambo Mondlane e tantos outros, filhos desta pátria que esperam pela morte para virarem heróis. Que pena!

Poucos dos muitos aqui listados, ficaram suas obras, o tempo passou e os criminosos continuam à espera de fazer mais vítimas. O serviço judicial partidário, amarrado ao sistema, continua sem nos trazer os responsáveis por muitos destes hediondos crimes.

Alguns para apaziguar as suas almas, e trazer alguma Paz as suas famílias, constroem monumentos e criam fundações, que as próprias famílias têm que suportar grande parte dos custos que delas advêm, pois não existem verbas, transparentemente, aprovadas para o efeito.

Este, foi o ano decretado como “*Ano Samora Moisés Machel* “, o 1º Presidente de Moçambique Independente. Foi bom, embora tardio este reconhecimento, passados 25 anos da sua morte, num trágico acidente.

Quem não se lembra do Marechal Samora Moisés Machel?

Lembramos Samora celebrando a Independência Nacional;

Lembramos Samora rasgando os céus em busca da Paz para o Continente;

Lembramos Samora, edificando as aldeias comunais, instituindo as guias de marcha;

Lembramos Samora, nas penas de morte, nos fuzilamentos, nos chambocos;

Lembramos Samora Machel nas ofensivas políticas e organizacionais indo de fábrica em fábrica, de instituição em instituição;

Lembramos Samora no carinho com as crianças, flores que nunca murchar;

Lembramos Samora na edificação das cooperativas de consumo, das senhas de abastecimento;

Lembramo-lo com foice na mão ceifando o arroz produzido nas nossas terras. Foi se Samora e foram-se as terras e o Chókwe se transformou em China, Vietname e Coreia;

Lembramo-lo nas machambas do Povo;

Lembramo-lo nas prateleiras das lojas do povo às moscas e abastadas lojas especiais para os dirigentes do Estado;

Lembramo-lo lutando contra a inércia, a preguiça, a corrupção, o tribalismo, os maus tratos ao Povo, o suborno;

Lembramo-lo fuzilando compatriotas seus, como Joana Simeão, Padre Guengere, Celina Simango, Urias Simango, Lázaro Kavandame, Silvério Nungo entre tantos outros com os quais, juntos escreveram e fizeram a Luta de Libertação Nacional e a história desta pátria amada;

Lembramo-lo com coragem reconhecendo que o Socialismo, o Marxismo-leninismo eram a melhor via para criar riqueza e bem-estar para o Povo Moçambicano;

Lembramo-lo chamando os irmãos, compatriotas seus de bandidos armados, de javalis e prolongando a guerra pela Democracia Multipartidária que já não tinha recuo;

Lembramo-lo transformando as igrejas, as mesquitas e outros locais de culto em locais de batuques e danças, de banquetes;

Lembramo-lo nas campanhas inesquecíveis de operação produção, nos campos de reeducação;

Lembramo-lo morrendo, tragicamente, num acidente e pobre;

Sim o Povo Moçambicano não pode esquecer-se de Samora Machel.

Parte do País parou para festejar a passagem do seu aniversário natalício, 78 anos se estivesse vivo.

Mais recentemente a 19 de Outubro comemorou-se a passagem dos 25 anos da sua morte.

Os Moçambicanos viram projectos edificados, murais inaugurados, cidades construídas, almoços misturados com lágrimas, discursos, danças e cantorias em sua homenagem. Foi bonito!

Mas a expectativa crescia para o momento há 25 anos esperado, ouvir quem matou Samora Machel.

Infelizmente foi uma dissolução.

O dia terminou, a festa encerrou.

E o segredo, jamais foi desvendado.

Afinal quem matou Samora Moisés Machel?

De ano para ano o povo é enganado com discursos, e mais discursos, mas a verdade para se fazer justiça, nada.

A culpa é sempre do sistema do apartheid. Mas o sistema não mata, as pessoas sim. E quem são? E quem abriu as portas?

Se perguntassem ao Samora Moisés Machel entre a edificação do seu busto em todo o território nacional e dar comida aos que nada têm, dar medicamentos aos doentes que morrem por falta dele, comprar carteiras para milhares de crianças sentadas no chão por este País todo, rico em madeiras de alta qualidade, fornecer água de qualidade para as comunidades, criar condições para uma produção agrícola mecanizada, combater, o burocratismo, a corrupção, o suborno, o enriquecimento desonesto. Os senhores do poder duvidam da resposta que daria?

Caros compatriotas, se a morte de Samora Machel não é desvendada como serão as de Siba Siba Macuácuá, Orlando José, Eduardo Mondlane e tantos outros heróis filhos amados desta bela pátria.

Esperamos que antes do término deste mandato o mistério em torno da morte de Samora Machel seja desvendado para que a justiça seja feita e se iniba que mais crimes do género sejam cometidos.

E mais ainda, para a Paz da família, mesmo sabendo que isso não o tornará a vida.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Prezados Colegas

Respeitados Convidados

Excelências

Só é possível acabar com a pobreza em Moçambique, com o crescimento económico, condição fundamental para alcançar o desenvolvimento.

Ouvimos todos os dias falar-se do crescimento do PIB, por vezes até como o maior entre os países da África Subsaariana não produtores de petróleo.

O governo se regozija e fala disso em informações e perguntas do Governo, em comunicações antes da ordem do dia, do maior acesso aos serviços públicos, do crescimento dos investimentos e infra- estruturas, da melhoria nas áreas como saúde, educação, nas reformas institucionais e outras.

Mas quando viramos as costas e circulamos por este imenso País as crianças continuam sentadas no chão nas escolas, crescendo sem saúde.

As condições de vida das populações deterioram-se cada vez mais a redução da pobreza estagnou e o acesso ao emprego, pior.

O dito crescimento económico não se reflecte no bolso e na vida do pacato cidadão moçambicano.

É um crescimento caracterizado pela exclusão em vez de inclusão, pois, não há a extensão pelos diferentes sectores económicos e nem oportunidades de emprego produtivo para a maioria das populações.

A redução da pobreza passa, necessariamente, pela redução das desigualdades sociais, pela promoção da equidade social, pela abertura de mais espaço para a igualdade de oportunidades.

É preciso buscar formas eficazes e sérias para reduzir a pobreza absoluta no País e desistir de políticas que o empobrecem ainda mais.

É preciso ter-se sempre presente que 11,8 milhões de moçambicanos vivem abaixo da linha de pobreza de acordo com os dados do Relatório de 2008/9, sobre “*Pobreza e Bem-estar em Moçambique*”.

Os orçamentos aprovados não priorizam o sector social, e de ano para ano vão reduzindo.

É por causa da pobreza que tiveram lugar as manifestações populares de 2008/2010.

Por causa da incerteza do futuro, da busca de identidade, do respeito, da decência, da liberdade.

Tudo se faz em nome do Povo mas se ignora como esse povo vive nos subúrbios, nas zonas rurais.

Ninguém quer saber sobre os seus sonhos, suas tristezas e ambições, mas fala-se em seu nome e fazem-se projectos sem sequer o ouvir.

O respeito pelos Direitos Humanos está longe de se constituir em realidade se se tiver em conta que “Direitos Humanos” são os direitos sociais, tendo como pano de fundo os desfavorecidos. Os desprovidos do bem-estar, os esfomeados, os que vivem ao relento, à chuva, ao frio, os discriminados por pensarem de forma diferente.

É assim, que o fosso entre ricos e pobres se torna cada vez mais maior.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Prezados Colegas

Respeitados Convidados

Excelências

Não me perdoaria se deixasse de lado a questão referente á corrupção, esse cancro que tende a se enraizar cada vez mais no nosso seio.

Passam anos e o dito combate á corrupção demonstra resultado inverso, pois as práticas e comportamentos corruptos continuam generalizados no governo.

Desde a pequena corrupção á grande os burocratas, os directores de escola e professores, os enfermeiros, os agentes da polícia, esperam sempre por um pagamento extra dos serviços que por dever devem prestar.

Exige-se suborno para o auto-enriquecimento, mas apesar de algumas evidências as acusações a funcionários seniores incluindo os grandes gestores da coisa pública, são tímidas e inconsequentes.

Esta Magna Casa do Povo, de mandato em mandato tem aprovado instrumentos para ajudar neste combate, mas infelizmente este cancro continua a arrastar-se.

Em 2003 foi criada a Unidade Anti-Corrupção, que no final do dia não tinha competência para investigar e acusar casos de desvios de fundos.

Cria-se o Gabinete Central de Corrupção, o País ractificou a convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e Convenção Africana Anti-Corrupção, mas os resultados não são visíveis.

Ligada a esta questão da corrupção temos a apreensão em 2007 de 500 contentores de madeira não processada, interceptada na rota de exploração ilegal.

Em 2008, outra operação fraudulenta envolvendo 750 contentores de madeira não processada, neste caso o director distrital de Actividades Económicas de Nacala Porto, um fiscal de Florestas e Fauna Bravia, foram confirmados com a cumplicidade de alguns agentes das Alfândegas, afectos na altura naquele espaço ferro portuário.

Um lote de 50 contentores na rota de exploração ilegal através do Porto de Maputo, interceptado pelas autoridades, contendo espécies de madeira de exportação proibida dos termos da Lei de Floresta em vigor no País.

Mais recentemente 561 contentores retirados do Porto de Nacala no passado mês de Julho. 561 Contentores constituem uma carga imponente.

O que é que aconteceu para que agentes da PRM, alfândegas, funcionários da direcção de Floresta e Fauna Bravia, a dita equipa multisectorial que assistiu ao empacotamento e selagem dos contentores não detectasse? Afinal qual o seu papel concreto?

Foi preciso uma denúncia anónima, claro com medo da morte.

Pois eles conhecem e bem os donos dos contentores e sabem como estes são perigosos.

Quando se representa o Estado com eficiência, morre-se.

Ainda temos vivo na memória o bárbaro assassinato de Orlando José, morto depois de uma apreensão de grande dimensão e até hoje o Estado não se esforçou em buscar o responsável pela sua morte.

Tudo isto ocorre num esquema de corrupção, são moçambicanos que sem piedade delapidam os nossos recursos nacionais, e neste caso a nossa madeira, em troca de um ilícito enriquecimento e as nossas crianças sentadas no chão, nas várias escolas por este vasto País.

É vergonhoso falar-se de erro humano para justificar.

É a nossa riqueza, é o bem-estar do Povo que vai para enriquecimento de meia dúzia de moçambicanos a viverem no bem bom.

O que vai acontecer? Nada.

O navio vai seguir viagem. A mão dura envolvida não vai sequer impedir que isso aconteça, pois, são muitos interesses envolvidos.

É preciso que o Gabinete Central de Combate à Corrupção investigue e condene todas as formas de actividades corruptas.

As testemunhas devem ser protegidas e criar incentivos quando a informação valiosa é prestada que leve os criminosos à condenação.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Prezados Colegas

Respeitados Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Excelências

A terminar permitam-me que enderece a todos os colegas votos de um óptimo trabalho nesta sessão ordinária que hoje inicia.

A todos pela vossa prestimosa atenção e paciência o meu muito obrigada.

MAPUTO, 24 DE OUTUBRO DE 2011

MARIA ANGELINA DIQUE ENOQUE

CHEFE DA BANCADA PARLAMENTAR DA RENAMO